

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ**  
**Instituto de Medicina Social**  
**Programa de Pós-graduação em Bioética e PG em Saúde Coletiva**

<b>ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:</b> Ciências Humanas e Saúde		<b>PROFESSOR:</b> Marilena Cordeiro Dias Villela Correa	
<b>ANO/SEMESTRE:</b>	2017/1	<b>CÓDIGO:</b>	<b>M: IMS037139</b> <b>D: IMS038163</b>
<b>TURMA:</b>	15	<b>CARGA HORÁRIA / CRÉDITOS:</b>	45 horas / 3 créditos
<b>INÍCIO (dia/mês):</b>	Março	<b>DIA DA SEMANA / HORÁRIO</b>	Quinta-feira / 9h30-12h30
<b>TÉRMINO (dia/mês):</b>	Junho (calendário não definido)		

**DISCIPLINA**

**Tópicos especiais em Ciências Humanas e Saúde I**  
**Saúde pública, patentes e produção de produtos terapêuticos para o SUS**

**EMENTA:**

A disciplina propõe uma reflexão sobre as relações entre desenvolvimento produção e circulação de bens terapêuticos para a saúde, propriedade intelectual (PI), e políticas públicas para o acesso a aqueles bens.

O patenteamento de produtos terapêuticos (ou seja, das tecnologias incorporadas nestes produtos) em âmbito global, se acentua a partir de 1995, com a promulgação dos acordos internacionais de comércio conhecidos como Acordos Trips ou ADPIC (Acordo sobre aspectos relacionados à propriedade intelectual na área do comércio) da Organização Mundial do Comércio (OMC). Novas normas regulatórias e da propriedade intelectual (PI) impuseram uma harmonização de normas, pelas reformas de leis nacionais de PI entre países em estágios de desenvolvimento diferentes, intensificando o quadro de dominação e hierarquização econômicas, agora estendidas a questões da vida, com grande prejuízo para os países pobres ou emergentes, agrupados como “países do Sul Global”.

No plano local, Governos destes países tentam responder ou compensar a tensão entre os “direitos de patentes e os direitos de pacientes” por meio da formulação de políticas públicas (políticas de saúde, de PI, política externa das nações etc.).

Nesse sentido, a disciplina aceita a discussão da cada vez mais presente discussão, sobre “saúde global” e sua polissemia, bem como o problema da governança do direito à saúde e à vida em contextos como o brasileiro no qual o direito a saúde é um direito individual fundamental.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- BARBOSA, D. B. Uma introdução à propriedade intelectual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.
- BERMUDEZ, J. *et al.* La propiedad intelectual en el contexto del Acuerdo de la OMC sobre los ADPIC: ¿qué está en juego? La propiedad intelectual en el contexto del acuerdo de la OMC sobre los ADPIC: desafíos para la salud pública, 2006.
- CORREA, M. e CASSIER, M.; Aids e saúde pública: contribuições a reflexao sobre uma nova economia política do medicamento no Brasil; 2010.
- CASSIER, M.; CORREA, M. Access to Medicines in Developing Countries: ethical demands and moral economy. Developing World Bioethics. Developing world bioethics, 2014.
- CEWG. Consultative Expert Working Group on Research and Development: Financing and Coordination (CEWG). Geneva: WHO, 2012. Disponível em: <[http://www.who.int/phi/news/cewg\\_2011/en/](http://www.who.int/phi/news/cewg_2011/en/)>. Acesso em: 8 jul. 2012.
- CHAVES, G. C. et al. Evolution of the international intellectual property rights system: patent protection for the pharmaceutical industry and access to medicines. Cadernos de Saúde Pública, v. 23, n. 2, p. 257-267, fev. 2007.
- CHAVES, G. C.; VIEIRA, M. F.; REIS, R. Access to medicines and intellectual property in Brazil: reflections and strategies of civil society. Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 5, n. 8, p. 170–198, 2008.
- FM'T HOEN, E. TRIPS, Pharmaceutical Patents and Access to Essential Medicines: Seattle, Doha and Beyond. 2002.
- HOLLIS, A. Neglected disease research: Health needs and new models for R&D. The Power of Pills, p. 125–133, 2006.
- KAMEDA, Koichi. Needs-Driven Versus Market-Driven Pharmaceutical Innovation: The Consortium for the Development of a New

Medicine against Malaria in Brazil. *Developing World Bioethics*, 2014.

POGGE, T. W. Human rights and global health: a research program. *Metaphilosophy*, v. 36, n. 1-2, p. 182–209, 2005.

REICH, M. R. The global drug gap. *Science*, v. 287, n. 5460, p. 1979–1981, 2000.

RESNIK, D. B. *Access to medications and global justice*. Pluto PPress, p. 88, 2006.

SANTOS, L.G. Paradoxos da Propriedade Intelectual. In: Villares, F. (Org.) *Propriedade intelectual: tensões entre o capital e a sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

STERCKX, S. Patents and Access to Drugs in Developing Countries: An Ethical Analysis. *Developing World Bioethics*, v. 4, n. 1, p. 58–75, 2004.

TROUILLER, P. et al. Drug development for neglected diseases: a deficient market and a public-health policy failure. *Lancet*, v. 359, n. 9324, p. 2188-2194, 22 jun. 2002.

**TIPO DE AVALIAÇÃO:** Participação em sala de aula, presença, pontualidade e trabalho final escrito.